

MÓDULO XIII

RESTRICÇÕES NO

ÚLTIMO ANO

DE MANDATO



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIII	
RESTRIÇÕES NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	1/3

XIII – RESTRIÇÕES NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

A LRF restringe diversas condutas de titulares de Poderes e órgãos no último ano de mandato. Também as normas eleitorais, especialmente a Lei nº 9.504/97 e Resoluções do TSE, vedam inúmeras ações dos agentes públicos em ano de eleição. O quadro a seguir consolida as restrições pertinentes ao ano de 2006.

Especificação	Base Legal	Prazo
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
Poderes Executivo e Legislativo		
Proibição de aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão.	LRF - art. 21, parágrafo único	A partir de 05.07.06
Aplicação imediata das vedações previstas no § 3º do art. 23 da LRF, caso a despesa com pessoal exceda aos limites no primeiro quadrimestre do último ano de mandato do titular de Poder ou órgão (<i>art. 23, § 3º - proibição de: receber transferência voluntária; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal</i>).	LRF - art. 23, § 4º	Quadrimestre imediatamente seguinte àquele em que ocorrer extrapolação dos limites
Proibição ao titular de Poder ou órgão de contrair obrigação de despesa, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.	LRF - art. 42	A partir de 01.05.06
Poder Executivo		
Aplicação imediata das vedações previstas no § 1º do art. 31 da LRF, caso a dívida consolidada exceda o limite no primeiro quadrimestre do último ano de mandato do Chefe do Executivo (<i>art. 31, § 1º: proibição de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária; obrigação de obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º</i>).	LRF - art. 31, § 3º	Quadrimestre imediatamente seguinte àquele em que ocorrer extrapolação do limite
Proibição de realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato.	LRF - art. 38, IV, b	A partir de 01.01.06



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIII	
RESTRIÇÕES NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	2/3

Especificação	Base Legal	Prazo
LEI Nº 9.504/97 (NORMAS PARA ELEIÇÕES)		
CONDUTAS PROIBIDAS AOS AGENTES PÚBLICOS *		
Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta, ressalvada a realização de convenção partidária (exceção: uso, em campanha, pelo candidato à reeleição de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público).	Lei nº 9.504/97 - art. 73, I e § 2º	Indeterminado
Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.	Lei nº 9.504/97 - art. 73, II	Indeterminado
Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.	Lei nº 9.504/97 - art. 73, III	Indeterminado
Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.	Lei nº 9.504/97 - art. 73, IV	Indeterminado
Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, <i>ex officio</i> , remover, transferir ou exonerar servidor público, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas: a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 01.07.06; d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; e) a transferência ou remoção <i>ex officio</i> de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.	Lei nº 9.504/97 - art. 73, V Resolução TSE nº 22.124/05	Nos três meses que precedem o pleito (a partir de 01.07.06) e até a posse dos eleitos



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	XIII	
	SEÇÃO	PÁGINA
RESTRIÇÕES NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	ÚNICA	3/3

Especificação	Base Legal	Prazo
LEI Nº 9.504/97 (NORMAS PARA ELEIÇÕES)		
CONDUTAS PROIBIDAS AOS AGENTES PÚBLICOS *		
Com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral (aplica-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição).	Lei nº 9.504/97 - art. 73, VI, b e § 3º Resolução TSE nº 22.124/05	Nos três meses que precedem o pleito (a partir de 01.07.06)
Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (aplica-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição).	Lei nº 9.504/97 - art. 73, VI, c e § 3º Resolução TSE nº 22.124/05	Nos três meses que precedem o pleito (a partir de 01.07.06)
Realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.	Lei nº 9.504/97 - art. 73, VII	1º de janeiro a 30 de junho
Fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.	Lei nº 9.504/97 - art. 73, VIII Resolução TSE nº 22.124/05	A partir de 04.04.06 e até a posse dos eleitos
Contratar shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.	Lei nº 9.504/97 - art. 75 Resolução TSE nº 22.124/05	Nos três meses que precedem o pleito (a partir de 01.07.06)
Aos candidatos aos cargos de governador e vice-governador, participar de inaugurações de obras públicas.	Lei nº 9.504/97 - art. 77 Resolução TSE nº 22.124/05	Nos três meses que precedem o pleito (a partir de 01.07.06)

Fontes: Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal
Lei nº 9.504/97 - Normas para Eleições
Resolução TSE nº 22.124/05 – Calendário eleitoral (eleições de 2006)

* AGENTE PÚBLICO: quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 1º).